

O FARDOS DA MULHER BRANCA¹: MULHERES AFRICANAS NO DISCURSO OCIDENTAL² FEMINISTA

Oyèrónké Oyèwùmí
Tradução de Aline Matos da Rocha³

Recebido em: 06/2020

Aprovado em: 07/2020

“Por reiteração persistente, uma maneira de falar pode tornar-se a substância do que é dito”

The Africa That Never Was (HAMMOND, Dorothy; JABLOW, Alta, 1970, p. 14).

“Viajantes com mentes fechadas podem nos dizer pouco, exceto sobre si mesmos”

An Image of Africa (ACHEBE, Chinua, 1978, p. 12).

Inquestionavelmente, a fim de investigar a construção de gênero em qualquer sociedade

¹ Este artigo foi originalmente apresentado na conferência *In Search of New Paradigms in African Development* (ISENPAD) realizada em Nairóbi, capital do Quênia, em junho de 1988. Eu estava interessada pelos poemas de Rudyard Kipling sobre o fardo do homem branco, a fonte de uma expressão pertinente para descrever a forma como estudiosas ocidentais feministas foram cuidar de seus negócios na África, Ásia e América Latina. É nítido que para torná-lo mais apropriado, eu o generifiquei. Uma versão deste artigo é o primeiro capítulo da minha dissertação (*Mothers Not Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*, defendida no Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley, 1993). Embora o trabalho tenha [mais de] quatorze anos, as questões que ele examina ainda são atuais.

² O discurso em suas origens é euro-americano; portanto, é excessivamente determinado pelos seus interesses e preocupações. Deve ficar nítido, no entanto, que as visões eurocêntricas de mundo não se limitam as pessoas europeias. Por este artigo se concentrar no início do discurso, sua preocupação é examinar as implicações do fato de que estudos feministas sobre a África foram criados e continuam a ser dominados por mulheres euro-americanas.

O texto foi publicado originalmente com o título “The White Woman’s Burden: African Women in Western Feminist Discourse”. In: *African Women and Feminism: Reflecting on the Politics of Sisterhood*, edited. Africa World Press, Trenton: New Jersey (2003), p. 25-43. O texto trata de temas interdisciplinares fundamentais à obra de Oyèrónké Oyèwùmí, principalmente no que tange aos principais caminhos percorridos no seu livro *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses (A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero)*. Pela importância de considerar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, a denúncia do domínio do Ocidente na produção do conhecimento e a posição de poder ocupada pelas mulheres brancas e seus sérios reflexos nas relações com “mulheres” de sociedades não-ocidentais, já teríamos como justificar a disponibilidade em nosso idioma dessa tradução. No entanto, talvez o maior interesse em divulgar este texto repouse no fato de ouvirmos uma voz africana (contra colonial) que, devido ao racismo epistêmico, continua marginalizada na academia (Nota da Tradutora).

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Metafísica da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: matosdarochaaline@gmail.com

africana contemporânea, o papel e o impacto do Ocidente devem ser examinados, não apenas porque a maioria das sociedades africanas estava sob o domínio europeu até o final do século XIX, mas também em função do domínio contínuo do Ocidente na produção do conhecimento. Nos Estudos Africanos, historicamente e atualmente, a criação, constituição, e produção de conhecimento continuaram sendo privilégio do Ocidente. Nas últimas três décadas, o feminismo tem desempenhado um papel significativo na perpetuação de certos mitos sobre a África. Entretanto, ao contrário dos quatro séculos anteriores de estudos africanistas, que se concentraram nos homens, o discurso feminista contemporâneo centra-se nas mulheres africanas.

Desde o início, deve ficar nítido que o feminismo é uma das abordagens mais importantes para a interpretação da sociedade ocidental que tem sido desenvolvido nos últimos tempos. É inestimável para uma total compreensão das sociedades euro-americanas; e, como tal, expande a nossa compreensão da colonização e outros processos desencadeados pelo Ocidente na África. O feminismo, sem dúvida, elucida a visão de mundo europeu e as organizações e processos sócio-políticos que dele flui. No entanto, no que diz respeito à África, os estudos feministas em geral não fornecem nenhum afastamento sério do “Outro” da África que caracterizou escritos ocidentais sobre a África. Portanto, minha preocupação neste artigo não é com o feminismo em sua terra de origem *per se*, mas com o feminismo que envolve a África e seus povos.

Anterior aos estudos feministas está o antigo discurso africanista que tem sido bem documentado por várias pessoas que pesquisam, incluindo Winthrop Jordan (1968)⁴, Hammond e Jablow (1970), Philip Curtin (1964), e Christopher Miller (1986). O consenso entre essas pessoas que pesquisam é que os escritos ocidentais sobre a África têm sido racistas e etnocêntricos, projetando as pessoas africanas, entre outras coisas, como selvagens, sub-humanas, primitivas e hipersexualizadas. Eu afirmo que tais imagens são re-apresentadas hoje no discurso feminista sobre a África. Assim, paralelos podem ser traçados entre as imagens da África no discurso tradicional africanista e aqueles nos escritos feministas mais recentes. De fato, há uma marcada continuidade de temas, imagens, e declaradas motivações das pessoas acadêmicas participando nestas duas fases do discurso africanista. Estou sugerindo que, apesar da declarada mudança epistemológica “radical” que o feminismo representava no pensamento ocidental, no que se refere à representação das pessoas africanas, uma mudança tão radical não

⁴ *White over Black: American Attitudes Toward the Negro* (N. da T.).

é evidente. O feminismo é essencialmente uma continuação dos estudos africanistas tradicionais.

O contexto histórico no qual o discurso africanista foi produzido era um período de expansão europeia sem precedentes e dominação de povos não-europeus. Em África, este foi o período durante o qual o tráfico escravagista atlântico floresceu, o imperialismo prosperou, e a estrutura para a eventual dominação colonial foi posta em prática. Não é de surpreender que, o tom, conteúdo, e a forma desta literatura eram imperialistas e racistas, destinada a justificar e racionalizar o saque e a dominação europeia. Pessoas africanas foram projetadas como inferior para provar sua necessidade da “mão condutora” dos europeus. Extraordinariamente, pessoas africanas foram uniformemente enquadradas por europeus que escrevem sobre a África independente de sua estação. Como Jablow e Hammond observaram:

O que é mais significativo é que este idioma [racista] deve ter dominado assim como tantos outros escritos sobre a África. Comerciantes, colonos, garimpeiros e turistas tendiam a ser igualmente imperialistas em sentimento. É como se o século XIX nunca terminasse para eles (HAMMOND; JABLOW, 1970, p. 117-118).

A preocupação deste artigo é explicar um certo modo de apropriação e codificação do conhecimento. Examinarei as imagens das mulheres africanas retratadas no discurso ocidental feminista e analisarei as implicações do fato de que a pesquisa acadêmica é dominada por mulheres brancas, muitas das quais não conseguiram evitar o racismo e etnocentrismo que têm caracterizado os escritos ocidentais sobre a África em geral. A intenção não é realizar um debate sobre o tão aclamado status das mulheres em África. Ao invés disso, persigo a questão de como os escritos ocidentais afetam os assuntos em consideração. Mais precisamente, o objetivo é mostrar como a forma em que as mulheres africanas são constituídas, conceituadas e teorizadas na pesquisa acadêmica ocidental cria sua própria realidade. Literalmente, a imagem não só constrói a mulher, a imagem torna-se mulher. É esta dominação discursiva do Ocidente que ponho em questão. Em sua discussão de como a antropologia como um estudo do Outro evoca o seu objeto, Min-ha escreve:

O que “procuramos” é, infelizmente, o que encontraremos. O antropólogo, como já sabemos, não *encontra* as coisas; s/he⁵ os *constrói*, e os torna. A estrutura não é, portanto, algo dado inteiramente externo à pessoa que a

⁵ Optei por manter os pronomes ingleses *she* (ela), *he* (ele), ao invés de traduzi-los para o português em que fatalmente perderíamos o sentido generificado da frase, evocado pela autora (N. da T.).

estrutura, mas uma projeção das formas de lidar com as realidades dessa pessoa (MIN-HA, 1989, p. 141).

Esses comentários também descrevem a maneira pela qual a pesquisa acadêmica feminista tem criado sua própria mulher africana.

A universalização da derrota das mulheres

A histórica derrota mundial das mulheres teorizada por Engels não teve lugar em nenhum grandioso campo de batalha, mas aconteceu ao golpe de caneta com a declaração universal de subordinação das mulheres no início dos anos 1970 por grupos de acadêmicas feministas. O capítulo introdutório de Michele Rosaldo e Louise Lamphere em *Women, Culture and Society*⁶, uma coleção amplamente considerada como seminal em estudos sobre mulheres, exemplifica como a derrota das mulheres foi engendrada.

O patriarcado foi criado em grande parte como um processo de fuga de uma sociedade à outra, em todo o mundo, sem referência a região, nação, raça, fronteiras culturais, ou mesmo história. Ignorando as especificidades culturais, Rosaldo e Lamphere declararam que a “assimetria sexual é atualmente um fato universal da vida humana” (1974, p. 03). Apesar do fato de a equipe editora desta coleção argumentar que a literatura antropológica tem ignorado as mulheres e, portanto, “nos diz relativamente pouco sobre as mulheres,” e a despeito da afirmação de que elas sofriam de falta de materiais e teorias” (ibid., p. vi), elas ainda foram capazes de chegar a sua conclusão mor sobre o estado das mulheres do mundo de todos os tempos. Mas elas só foram capazes de alcançar este feito, recriando todas as mulheres à imagem do Ocidente, que se encontrou numa sociedade dominada por homens. A falta de dados transculturais não parece constituir um problema para essas acadêmicas. Karen Sacks identificou duas linhas argumentativas através das quais este universo de desigualdade das mulheres é criado:

A primeira manifesta-se na definição ou conceituação da igualdade de forma escorregadia. Seja qual for, a falta de mulheres é o marcador crucial. A segunda utiliza raciocínio *ad hoc* para explicar as condições subjacentes às posições sociais de homens e mulheres: se os dados não se encaixam na teoria, uma circunstância inusitada anulou a biologia... Assim... as mulheres de alguma forma necessariamente implícita, estão sempre subordinadas aos homens. É uma teoria que não pode ser refutada por dados contraditórios

⁶ *A Mulher, a cultura, a sociedade*. Editora: Paz e terra, 1979 (N. da T.).

(SACKS, 1979, p. 94).

A ideia etnocêntrica de que a mulher branca (ou homem branco) é a norma – medida de todas as coisas – é etnocêntrica e dominou escritos acadêmicos ocidentais pelo menos nos últimos dois séculos. Conseqüentemente, os estudos transculturais sobre mulheres têm se concentrado em grande parte em encontrar o patriarcado, e decidir que estratégias feministas ocidentais podem usar para libertar as mulheres da África, América Latina e Ásia de seus grilhões. Houve poucas tentativas acadêmicas genuínas de descobrir e analisar o papel e a importância das diferenças de gênero em outras sociedades e culturas. As pessoas que pesquisavam simplesmente assumiram que se gênero é importante no Ocidente, ele deve ser importante em todas as sociedades ao longo do tempo e do espaço.

O movimento feminista do início dos anos 1970 na Europa e América do Norte forneceu o contexto histórico em que o discurso feminista foi produzido e proliferado. De fato, a disciplina estudos das mulheres, tem sido caracterizada como o braço acadêmico do movimento feminista (FARNHAM, 1987, p. 01). Essa combinação de academicismo e ativismo político significava que as acadêmicas feministas não estavam apenas contentes em identificar e descrever a desigualdade de gênero, elas também procuraram erradicá-lo onde quer que ele levantasse sua cabeça feia. Desse modo, as teorias feministas são simultaneamente uma descrição da assimetria de gênero e uma receita para eliminá-la. Discutindo sua própria pesquisa, Alisson Jaggar e Paula Rothenberg notaram que elas, como outras feministas, foram:

motivadas por nossa profunda crença, como feministas, que era urgentemente necessárias mudanças na posição das mulheres... Isso veio do nosso reconhecimento como ativistas, que não somente nossa atividade política deve ser guiada pela teoria, mas nossa teoria deve ser avaliada pelo seu sucesso na prática (JAGGAR; ROTHENBERG, 1978, p. xii).

Entretanto, ativismo político e teorização são muitas vezes um caso de longa distância realizado como estudos antropológicos e projetos de “mulheres em desenvolvimento” nas sociedades africanas, asiáticas e latino-americanas. O feminismo, como o imperialismo, descobriu sua missão social, que era de alcance global, e assim como o fardo do homem branco do século XIX, o fardo da mulher branca do século XX nasceu. O fardo, do ponto de vista dessas feministas, consistia em resgatar a mulher africana explorada, desamparada, brutalizada e oprimida da selvageria do macho africano e de uma cultura primitiva simbolizada por costumes bárbaros.

Em seu zelo apaixonado, era inconcebível para algumas mulheres brancas que poderia haver qualquer sociedade no mundo em que as mulheres se saíssem melhor do que no Ocidente. Na sua percepção, o Ocidente representava a alta civilização. Isso estava de acordo com as ideias europeias tradicionais sobre os estágios evolutivos do progresso humano, que postulava que a posição das mulheres em qualquer sociedade estava intimamente ligada à posição da sociedade na hierarquia evolucionária. Curtin cita Millar, que em 1777 criou um esquema de quatro estágios sobre o lugar das mulheres como um meio para determinar a posição de uma sociedade: quanto mais “libertadas” as mulheres, mais civilizada a sociedade (CURTIN, 1964, p. 64). Por conta de as mulheres europeias dizerem que gozavam de um status elevado, a sua sociedade era considerada a mais civilizada. Previsivelmente, de acordo com essa formulação, as mulheres africanas estavam no fundo.

Dada essa forma do Ocidente pensar sobre a África, não é de surpreender que os estudos feministas conduzidos sobre as mulheres africanas geralmente confirmaram seu estado “lamentável”. As premissas de tais estudos representaram suas conclusões; como resultado, não foram possíveis novas “descobertas”. Além disso, o fato de que as mulheres ocidentais eram as pesquisadoras que estudavam outras mulheres foi visto como prova em si mesmo de que elas estavam melhores em sua própria situação. Isso foi evidenciado pela sua nova posição como criadoras de conhecimento. Esta superioridade posicional, para usar o termo de Edward Said, as colocava em uma posição poderosa *vis-à-vis* em relação às pessoas africanas, asiáticas e latino-americanas, machos e fêmeas. As feministas ocidentais não explicaram seu status de privilégio em termos de sua raça e da internacionalização de um sistema capitalista de origem ocidental. Elas tinham como certo que era um resultado de quão longe elas tinham progredido como mulheres em sua própria sociedade.

O que as mulheres brancas não perceberam é que se elas foram motivadas pela subordinação das mulheres em sua própria sociedade para estudar “Outras” mulheres, foi o seu domínio econômico e racial no sistema global que tornou isso possível. Afinal de contas, elas estavam em uma posição igualmente privilegiada *vis-à-vis* em relação aos homens africanos. Sua superioridade posicional é reforçada por sua capacidade de criar conhecimento sobre a África e as pessoas africanas. Edward Said, comentando sobre a relação entre poder e conhecimento, observou que: “... o objeto de tal conhecimento é inerentemente vulnerável ao escrutínio... Para ter conhecimento de tal coisa, é necessário dominá-la, e ter autoridade sobre ela” (SAID, 1978, p 32). E por isso recriá-lo numa imagem que se encaixe na fantasia, devo acrescentar.

“Reflexões” acadêmicas ou espelho meu⁷

Para o feminismo ocidental, a África representou o lugar *par excellence* para a realização tanto do projeto acadêmico de teorização do gênero, quanto da missão social de libertar as mulheres. De acordo com Basil Davidson, historicamente, no discurso africanista:

a África foi representada como uma espécie de reserva humana onde a natureza e a condição do homem antigo podiam ser estudadas em toda a sua simplicidade e inocência selvagem: uma reserva, além disso, em que as pessoas negras ocuparam o lugar mais baixo na hierarquia de realização (DAVIDSON, 1964, p. 37).

Nesse caso, a realização ou falta dela por parte das pessoas africanas (ler homens africanos) foi que elas oprimiram “suas” mulheres. Esta visão de uma África atemporal, sem fim e imutável, tão bem resumida por Davidson, é evidente nos escritos feministas. Na etnografia de !Kung, Shostak escreve:

Sua cultura, ao contrário da nossa, não estava sendo continuamente interrompida por facções sociais e políticas... Embora !Kung esteja experimentando mudança cultural, ainda era bastante recente e sutil e, até agora, tinha deixado seu principal sistema de valor tradicional intacto. Um estudo revelando como a vida das mulheres !Kung é hoje pode refletir o que suas vidas tinham sido por gerações, possivelmente, mesmo por milhares de anos (SHOSTAK, 1983, p. 06).

Shostak fez com que essa suposição da estagnação do povo !kung – apesar do fato de !kung ter sido a base de um projeto antropológico da Universidade de Harvard por anos –, ter sido um grande evento para !kung (se não para as próprias pessoas que pesquisam na antropologia). A ideia de que o Ocidente poderia aprender sobre si mesmo e, portanto, que as feministas poderiam encontrar-se na África não era nova. Desde os exploradores que usaram as suas des[a]venturas em África para testar a sua masculinidade, até o proselitismo dos missionários cristãos para o bem da sua própria salvação, para as feministas em busca de si

⁷ Referência à pintura *Mirror on the Wall*, da filósofa, artista e historiadora de arte nigeriana Nkiru Nzegwu. Essa pintura foi utilizada como capa do livro “*The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*” (OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997). De acordo com Oyèwùmí (1997, p. xix), “à luz da atitude ‘mais liberada do que tu’ das feministas ocidentais em relação às mulheres africanas e, na verdade, mulheres de outras partes do mundo, a pintura *Mirror on the Wall* de Nkiru Nzegwu é mais apropriada e apreciada. ‘Espelho, espelho meu, quem é a mais libertada de todas?’ é um refrão constante no discurso feminista” (N. da T.).

mesmas, a África representava um espelho em que as pessoas ocidentais se percebiam.

Rosaldo e Lamphere, resumindo as questões que refletem suas preocupações sobre as mulheres transculturais, concluíram, em última análise, é óbvio, que todas estas questões giram em torno de uma necessidade de reexaminar as formas em que *nós* pensamos sobre *nós mesmas* [grifos meus] (Rosaldo e Lamphere, 1974, p. v). Shostak explica a razão do interesse dela pelas mulheres !kung:

O Movimento de Mulheres tinha apenas começado a ganhar impulso, insistindo no reexame dos papéis que as mulheres ocidentais tinham tradicionalmente assumido. Eu esperava que a viagem de campo poderia *me* ajudar a esclarecer algumas das questões que o movimento tinha levantado (SHOSTAK, 1983, p. 05).

A um certo nível, a investigação transcultural era principalmente um empreendimento narcisista. A noção de uma África estática e imutável é nitidamente ahistórica. Uma das principais críticas levantadas por antropólogas feministas contra a sua disciplina é sua abordagem ahistórica (LEACOCK, 1981, p. 33-81), retratadas pela tendência a tratar as circunstâncias atuais das chamadas culturas tradicionais como se fossem idênticas às circunstâncias do passado. Em conformidade, Duley e Edwards compreendem o problema inerente a este tipo de pensamento:

Nós não podemos supor, como muitas fizeram, que o presente conjunto de relações entre homens e mulheres são necessariamente os do passado, e os esforços para analisar as origens da estratificação de gênero podem ser seriamente falhos por não reconhecerem este fato (DULEY; EDWARDS, 1986, p. 29).

No entanto, na declaração universal de subordinação das mulheres e na busca das origens da dominação masculina, muitas feministas ocidentais não fizeram referência à história – a história da escravidão, imperialismo, colonização, e a dominação de pessoas não-ocidentais, e o surgimento da hegemonia ocidental em todo o mundo. Nas palavras de Gayatri Spivak, elas negaram o “mundo” do terceiro mundo – uma negação do impacto do Ocidente sobre o resto do mundo. De acordo com Spivak (1985, p. 262):

A abordagem de informações recuperadas por povos não ocidentais sugere que apesar de séculos de imperialismo e exploração colonial não-ocidentais ainda há uma rica e intacta herança cultural à espera de ser recuperada, interpretada, e curricularizada em benefício do Ocidente.

É a curricularização das mulheres africanas na literatura feminista que ponho em questão.

“Personalizando” a opressão das mulheres

Inerente à noção de estagnação cultural está a ideia de uma África primitiva onde seres humanos permaneceram em seu estado original, um estado de natureza, há séculos. De fato, a caracterização da África como o continente obscuro é subjacente a esta noção. Alta Jablow e Dorothy Hammond (1970, p. 20) postulam que duas imagens contraditórias de africanos fluem dessa caracterização – o nobre selvagem e o selvagem bestial. Mas em relação às “suas” mulheres, o macho africano não poderia ser retratado como nada além de um selvagem bestial. Nesse sentido, a poligamia foi apontada e representada como um mal especial, simbolizando a degradação das mulheres africanas e, portanto, o baixo estado das pessoas africanas. Da mesma forma, a poligamia tem sido um foco de atenção para acadêmicas feministas.

Talvez as duas perguntas que são mais feitas por ocidentais às mulheres africanas, são as que Shostak pergunta às mulheres !kung: “como é partilhar o marido com outra mulher?” (SHOSTAK, 1983, p. 18) e “os cônjuges se amam?” (ibid., p. 05). Sem dúvida, as pessoas estrangeiras são muitas vezes obcecadas com curiosidades que elas percebem e encontram em outras culturas. No entanto, o problema é que no discurso feminista, essas questões são retóricas não porque não exigem respostas, mas porque têm respostas pré-ordenadas, tal como, a monogamia ser a única forma “normal” (leia verdadeira, civilizada) de casamento, e a poligamia e o amor ser mutuamente exclusivos. Para muitas feministas ocidentais, a poligamia é bárbara, degrada e oprime as mulheres, e é alheia às sociedades (leia ocidentais) civilizadas de onde elas vieram.

Nenhuma atenção é dada aos sentimentos e perspectivas daquelas que a experimentam como a única forma de casamento, e nenhuma análise é feita de suas implicações para a organização social. Por exemplo, embora muitas feministas promovam o emprego das mulheres fora de casa, elas não reconhecem que as mulheres em algumas sociedades africanas são capazes de ganhar renda por se envolverem em trabalho não domiciliar por causa da divisão do trabalho entre as mulheres que a poligamia torna possível. O cuidado das crianças, por exemplo, pode ser partilhado entre as mulheres, permitindo-lhes exercer diferentes profissões sem serem prejudicadas pelas necessidades das crianças. Apesar de décadas de estudos feministas na

África, interpretações da poligamia e preço da noiva permanecem etnocêntricos, se não racistas, reforçando a imagem da besta de carga como uma manifestação da “tradição” africana.

A violência desempenha um papel importante na pintura de quadros negativos da África. Tem sido poderosa na representação da África como o continente obscuro e não é menos importante na representação da mulher no “coração da obscuridade”. Segundo Brantlinger, imagens negativas são criadas pela constante associação da África com o mal, a doença e a brutalidade. Ele observa que na escrita europeia do século XIX, da propaganda abolicionista aos contos de viagem, a violência é retratada em detalhes excruciantes para alimentar a imaginação europeia. Sinais de preocupações nominais são aparentes na escrita feminista. Por exemplo, a escolha de Shostak de Nina como a mulher !kung a ser estudada, foi determinada em grande parte pela suposta história da mulher ter cometido infanticídio. Outro caso em destaque é a obsessão das mulheres ocidentais e a sensacionalização da circuncisão feminina – uma prática encontrada em algumas comunidades da África. A sua preocupação com essa prática tornou-se evidente durante a Conferência Mundial das Nações Unidas para a Década das Mulheres, realizada em Copenhague em 1980.

A insistência por parte das mulheres ocidentais em rotular o que as mulheres africanas chamam de “mutilação” da circuncisão feminina foi o primeiro sinal visível de divisões profundas entre elas e muitos dos seus homólogos africanos. Embora várias pessoas africanas representantes⁸ tenham expressado seus interesses em ver um fim à prática, “sublinharam que a abolição destas práticas não é uma prioridade para elas – alimentos suficientes e água limpa têm uma importância muito maior”⁹. Para as feministas ocidentais, a posição tomada pelas mulheres africanas era inaceitável e, como no provérbio: “pessoas que se lamentam choram no funeral muito mais do que as pessoas enlutadas”. Assim, elas continuaram a se concentrar na circuncisão feminina como o problema número um das mulheres africanas.

Essa presunção por parte das mulheres ocidentais em definir o significado e os objetivos de vida de “Outras” mulheres não era um bom presságio para a sororidade que estava sendo defendida nessas conferências internacionais. O conflito estava prestes a chegar ao seu auge, tal como aconteceu em reuniões internacionais subsequentes. Várias outras instituições

⁸ Uma das dificuldades em traduzir os textos de Oyèwùmí é a lida com a língua e sua generificação. Tentei evitar ao máximo a generificação dos termos, mas infelizmente a língua portuguesa (assim como o inglês) é muito generificada e falho nessa tentativa, trazendo para o texto partes extremamente deselegantes (N. da T.).

⁹ *Relatório* do Grupo dos Direitos das Minorias, #47: 10. O ponto que está sendo colocado aqui pelas pessoas africanas representantes é que no que diz respeito às prioridades, colocar a questão da erradicação da circuncisão feminina acima de necessidades básicas como alimentos e água equivale a reorganizar as cadeiras do Titanic. Mais importante, elas estão afirmando seus direitos à auto definição.

africanas que as pessoas ocidentais veem como bárbaras incluem casamentos arranjados, levirato, e noivado de criança. Essas práticas são representadas como misóginas e não são colocadas em seus contextos culturais e sociais que permitiriam às pessoas ocidentais discernir seu significado a partir da perspectiva das sociedades africanas. Solange Falade, comentando sobre casamentos arranjados, condena a atitude hipócrita de pessoas euro/americanas e informa-nos que na sociedade senegalesa:

Na verdade, são os pais que escolhem o cônjuge. Eu não acho que seja necessário considerar isso como nada além de um truque sem coração, ou algo feito por razões egoístas, por parte dos pais. Não se trata meramente de uma união entre dois indivíduos, mas de uma união entre duas famílias (FALADE, 1963, p. 220).

Realmente, o tempo parece maduro para muitas feministas que analisam criticamente a alternativa de casamentos arranjados – a chamada escolha pessoal ou casamentos por “amor” – que prevalecem no Ocidente hoje, e de fato na África, onde é dito para as mulheres como indivíduos escolher seus próprios companheiros, análogo aos livros de autoajuda com títulos dizendo: *Smart Women, Foolish Choices*¹⁰, e *Men Who Hate Women and the Women Who Love Them*¹¹, os quais sugerem que escolher pessoalmente um parceiro de casamento não garante necessariamente a segurança pessoal, auto realização, ou felicidade eterna no casamento. O contexto institucional e social do casamento é fundamental na avaliação do bem-estar dos homens e das mulheres.

A criação do patriarcado ou “feminista” centrada no masculino

A estratégia no discurso ocidental feminista de destacar as mulheres sem a correspondente atenção aos homens é usada para criar uma impressão de que as sociedades africanas são dominadas por homens e são anti-mulheres. Por exemplo, Nancy Folbre, que estabelece o patriarcado entre o povo Xona, do Zimbábue, salienta que “o consentimento de uma mulher para o casamento não era necessário e que muitas jovens foram prometidas numa idade precoce em troca de uma parcela do pagamento da riqueza da noiva” (FOLBRE, 1988, p. 64). O que ela esqueceu de mencionar é que o casamento foi arranjado tanto para meninos quanto para meninas. A riqueza da noiva é retratada como “comprar uma esposa”, ainda não é

¹⁰ Em tradução livre: *Mulheres inteligentes, escolhas tolas.*

¹¹ Em tradução livre: *Homens que odeiam mulheres e as mulheres que os amam.*

dada nenhuma atenção ao serviço da noiva, em que os homens podem ter que prestar serviços aos seus sogros durante a sua vida. A falta de atenção aos homens em grande parte da escrita feminista sobre a África tem produzido distorções grosseiras e deturpações na compreensão das relações de gênero. Christine Oppong notou este desenvolvimento infeliz e agindo para evitá-lo em um livro que ela editou escreve:

Ao montar este volume, temos procurado evitar uma armadilha neo-sexista atualmente penetrante: o estudo das mulheres, pelas mulheres, para as mulheres! Temos procurado reunir bastante relatos e observações das relações entre fêmeas e machos (OPPONG, 1983, p. xv-xvi).

Além disso, a criação do patriarcado através da negação do poder e da agência feminina é dominante na literatura feminista. Uma consequência dessa prática é a imagem de uma mulher africana fraca e indefesa que precisa ser salva dos costumes bárbaros e de um brutal, todo-poderoso, grupo misógino de homens. Jean Henn, no processo de instituir um modo de produção patriarcal em todo o continente africano, descarta papéis que simbolizam a importância e o poder feminino: “tais papéis para as mulheres podem ser interpretados de diversas formas como o meio pelo qual a classe patriarcal cooptou mulheres particularmente capazes e potencialmente rebeldes” (HENN, 1988, p. 47). Em um rápido golpe de caneta, Heen coopta a contra evidência, e voltamos à imagem da mulher africana fraca, indefesa e subjugada. Essa prática discursiva demonstra muito nitidamente como a “pesquisa” pode constituir o seu próprio objeto.

Talvez não é surpresa as perspectivas racistas e etnocêntricas exibidas em algumas pesquisas acadêmicas feministas sobre a África, já que faz parte de um extenso discurso africanista que tem consistentemente inferiorizado pessoas africanas. No entanto, alguém é pego de surpresa com o androcentrismo do discurso feminista, principalmente porque o viés masculino tem sido a pedra basilar da crítica feminista, e da escrita e pensamento ocidentais tradicionais. O androcentrismo de quatrocentos anos de discurso africanista é flagrante por causa da ausência de mulheres como objetos de estudo.

Na pesquisa acadêmica feminista, as mulheres são apresentadas, mas assim como os homens africanos, são apresentadas como objetos. Os homens estão ausentes, mas a sua presença é mantida como um *malévolo*, todo-poderoso, força presente rotulada como “patriarcado”, dirigindo tudo o que as mulheres fazem. À medida em que tais análises tendem ao sexo masculino, as mulheres são apresentadas, mas silenciadas. A sua experiência não é validada, perpetuando assim a marginalização das fêmeas. À luz disso, embora um corpo de

conhecimento tenha sido produzido sobre as mulheres africanas, a maior parte da nova pesquisa não é menos tendenciosa do que o academicismo ocidental tradicional. Na verdade, mesmo conceitos neutros como “idosos” e “sogros” são masculinizados. Perguntamo-nos se as mulheres africanas já envelhecidas tiveram alguma relação com os cônjuges e as famílias da sua prole.

Como consequência desse androcentrismo, muito poder é atribuído aos homens africanos, mesmo em situações em que eles próprios são vítimas. Um bom exemplo é o artigo de Folbre sobre as relações de gênero no Zimbábue colonial, onde ela alega uma aliança patriarcal entre homens africanos e mestres coloniais brancos, em detrimento das mulheres africanas. Mas ela falha em explicar por que uma “aliança profana” entre homens brancos e homens africanos (em que se presume que são parceiros) manteve as mulheres brancas em um estado de lazer permanente e os homens africanos como seus empregados domésticos. Outras pessoas que pesquisam notaram a dominante negação da raça como uma categoria importante nas análises feministas ocidentais (DAVIS, 1982; hooks 1982; AMADIUME, 1987)¹².

O estereótipo de pessoas africanas em escritos ocidentais como servis, pessoas infantis que precisam ser resgatadas e protegidas por um grupo ocidental ou outro é uma prática duradoura. Ao longo das diferentes fases do encontro entre a África e o Ocidente, a imagem tem sido usada para justificar o domínio europeu tanto no continente quanto na sua diáspora. No processo de constituição das mulheres africanas como objetos de discurso, algumas feministas se concentraram nos grupos mais oprimidos entre as mulheres, deixando a impressão de que as mulheres africanas são todas iguais – igualmente oprimidas, igualmente miseráveis e igualmente necessitadas de libertação. Ao criar essa massa homogênea e oprimida, as diferenças e distinções de idade, classe, posição, afiliação de parentesco, estado civil e senioridade são ignoradas como se elas não existissem. Amadiume aponta que a “imagem das mulheres negras como universalmente privadas apenas reforça o racismo” (AMADIUME, 1987, p. 05).

Na verdade, o racismo é demonstrado no debate sobre o impacto da colonização sobre as mulheres africanas; há uma tendência em identificar todas as mudanças sociais positivas como derivadas externamente e todas as práticas ocidentais como boas. A antropóloga Jane Guyer, cujo trabalho é relativamente mais sensível às questões de representação transcultural, também mostra essa tendência. Reiterando o impacto positivo da dominação europeia sobre as

¹² *Women, Race, and Class* (1982); *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism* (1982); *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society* (1987) (N. da T.).

mulheres Beti de Camarões, ela oferece essa lamentação, que um informante nativo do sexo masculino teria feito a um antropólogo anterior:

Por que os brancos nos fizeram vestir nossas esposas? Eu costumava ter vinte esposas. Quando elas estavam nuas, era suficiente que eu resmungasse aqui em minha *abaa* (casa dos homens) para que elas parassem de falar em suas vinte cozinhas. Quando elas estavam vestidas e embrulhadas, eu resmungava aqui em vão, e elas continuavam a conversar como se nada estivesse acontecendo (GUYER, 1984, p. 06).

Guyer falha ao contextualizar e interrogar essas afirmações. Sem interpretação, suas implicações são nítidas o suficiente: as mulheres africanas têm muito o que agradecer ao Ocidente, não menos do que a sua assertividade inovadora (e, óbvio, suas roupas). A agência das mulheres africanas é novamente negada; a missão social do imperialismo feminista será frustrada se forem retratadas como autodeterminantes. A necessidade das mulheres brancas de se engajarem em uma operação de resgate é certamente feita de forma mais urgente por conta dessa imagem das mulheres africanas nuas e vitimizadas.

A besta de carga

Em contraste com a imagem da mulher africana fraca existe a representação da imensa força física, e apesar de várias feministas ocidentais em suas próprias sociedades glorificar a força física das mulheres como um sinal de igualdade com os homens, em seus escritos sobre a África, o conceito de força é usado negativamente para construir uma imagem da besta de carga para a mulher africana. Nitidamente, a mulher branca como as portadoras da besta de carga tem uma tarefa mais difícil, as suas contrapartes masculinas do século XIX. Em Boserup (1970) dos “sistemas agrícolas femininos” à “prostituição como o estereótipo de sobrevivência”, a mulher africana é retratada como uma mula e uma escrava. A maioria dos estudos sobre as mulheres africanas não conseguem destacar esse ponto, principalmente salientando o que as mulheres fazem e omitindo o que os homens fazem, ou concentrando-se no que os homens africanos não fazem – tarefas que foram definidas como o trabalho de um homem com base na experiência europeia.

Essa imagem ridicularizada da mulher africana sobrecarregada de trabalho complementa a imagem dos homens africanos como preguiçosos e indolentes no discurso tradicional africanista. Curtin nota que, ao construir o que os europeus chamaram de o caráter

africano no século XIX, preguiça e indolência lideraram a lista (1964, p. 223). É óbvio, que nesse discurso que tem o masculino como norma, “pessoa africana” significava o homem africano, salvo indicação em contrário. Segue-se logicamente que, se os homens eram tão preguiçosos, “suas mulheres” que eram percebidas como escravas pelos europeus, estavam fazendo todo o trabalho. Além disso, na mente de muitos ocidentais, machos e fêmeas, o emprego remunerado das mulheres africanas sugere indolência por parte do macho africano. Portanto, o fato das mulheres muito ativas e visivelmente engajadas recebeu interpretações negativas sobre as sociedades africanas como um todo.

Resumindo a imagem das mulheres africanas na literatura popular do século XIX, Jablow e Hammond concluem que “a suposição de que ela, a mulher africana não é nada mais do que uma escrava, completamente subjugada se não realmente escravizada, é reforçada pelo conhecimento superficial do preço da noiva e poligamia” (JABLOW; HAMMOND, 1970, p. 150). Curiosamente, o próprio continente africano tem sido retratado por várias pessoas que escrevem como uma mulher, enfatizando sua fecundidade, impotência, sexualidade e sobrecarga. Reade, um popular escritor inglês do século XIX, exorta o seu público leitor para “olharem para o mapa da África. Não se parece uma mulher com um enorme fardo nas costas?” (ibid., p. 72). Nessa imagem, o ambiente selvagem e sua vítima indefesa e infeliz estão unidos como um só.

Mulheridade como prostituição

Uma das imagens recorrentes da mulheridade africana nos escritos feministas é a da prostituta. O que Amina Mama apropriadamente chamou de análise “centrada na virilha”. Cutrufelli afirma “abertamente ou secretamente, que a *prostituição* ainda é a principal, se não a *única fonte de trabalho* para as mulheres africanas [grifos meus]” (CUTRUFELLI, 1983, p. 33). Na conclusão de um debate sobre o setor informal e as mulheres, Parpart e Stichter escrevem: “é difícil imaginar que o setor informal em África seja eliminado em um futuro previsível; a *distribuição local de alimentos e os serviços sexuais*, em particular, são as *duas áreas de maior especialização das mulheres* [grifos meus]” (PARPART; STICHTER, 1988, p. 20).

Do mesmo modo, num ensaio sobre as mulheres e a mudança social no cinto de cobre da Zâmbia, Parpart afirma: “jogando na escassez, mulheres logo aprenderam a negociar com parceiros masculinos; a *mudança de parceiros tornou-se uma maneira aceita de melhorar os*

nossos padrões de vida [grifos meus]” (ibid., p. 115). Similarmente, MacGaffey afirma: “mulheres em Quinxassa ganham dinheiro de duas principais maneiras: através de *pequenos negócios* e da *prostituição [grifos meus]*” (MACGAFFEY, 1988, p. 164). Em contraste, há poucos estudos da prostituição como uma categoria profissional distinta nas sociedades africanas. Na literatura, a impressão criada é que as mulheres africanas, além de serem as que trabalham no campo, no mercado, esposas, escritãs, as que cuidam das crianças ou, o que quer que sejam, também são sempre prostitutas.

Essa imagem da prostituta não pode ser separada da associação das pessoas africanas com o forte desejo sexual, que remonta a séculos de fantasia europeia. A poligamia foi interpretada como um sinal de luxúria inata e indisciplina sexual por parte do homem africano, e foi considerada como prova de seu primitivismo. Na mente europeia, a civilização baseia-se na repressão dos instintos (sexuais e outros), mas o primitivismo estava associado com a sexualidade desenfreada. A rotulação das mulheres africanas como primitivas e, portanto, sexualmente mais intensas, era contrária à representação da mulher europeia como sexualmente passiva.

Em um ensaio informativo sobre a sexualidade feminina na Europa do século XIX, Sander Gilman argumenta que a percepção da pessoa negra se fundiu com a percepção da prostituta: o primitivo é negro, e as qualidades da escuridão, ou pelo menos da mulher negra, são as da prostituta” (GILMAN, 1985, p. 248). É notável que as prostitutas europeias durante esse período foram retratadas visualmente com esteapopigia¹³, como se fossem negras. Esteapopigia foi percebida como a manifestação física da hipersexualidade das mulheres negras, e assim elas foram definidas como prostitutas. A imagem foi dominante e permanece persistente; sendo parte de uma realidade particular escrita por homens brancos e mulheres brancas.

Concebendo mulheres ou ideias estéreis

O etnocentrismo de algumas feministas ocidentais variou a partir da ideia de que há uma mulher universal que é branca (como elas), para a imposição de conceitos e valores ocidentais para interpretar as experiências de “Outras” mulheres. Com base em sua própria experiência, elas declararam a subordinação das mulheres como um fato universal e chegaram a uma

¹³ Nádegas protuberantes (N. da T.).

conclusão sobre como erradicá-la. De acordo com Amadiume:

Este tipo de pressuposição global é em si etnocêntrica. Além disso, a dicotomia doméstico/público que as levou à conclusão de que os papéis maternos e domésticos foram os responsáveis pela suposta subordinação universal das mulheres, já que era uma característica de sua classe e cultura particular (AMADIUME, 1987, p. 04).

O conceito de público/privado tem sido aplicado acriticamente em África, apesar do fato de que várias pessoas que pesquisam têm observado que na África, a divisão de gênero do trabalho não se organiza de acordo com qualquer divisão pública/privada. Na verdade, a redução das relações de gênero para a economia da falta de acesso das mulheres à terra, trabalho, homens e emprego é uma função tanto da aplicação do conceito público/privado quanto do monismo econômico do Ocidente. A conceituação público/privado carece de qualquer definição nítida; é deslocada à vontade, perseguindo as mulheres e definindo a esfera das mulheres, onde quer que se considere que ela exista, como privada. Em contraste, a localização dos homens é sempre definida como pública.

Nesse sentido, a preocupação na literatura é tirar as mulheres da sua esfera privada e inseri-las na esfera pública dos homens como um meio de abolir a sua subordinação. Um novo vocabulário na literatura se desenvolveu em torno deste conceito “mulheres em desenvolvimento”, cuja integração das mulheres no desenvolvimento é o código para movê-las para fora da produção de subsistência (mundo privado) para o cultivo de dinheiro (mundo público) dos homens. Outras formas de manter a dicotomia público/privado em diferentes termos, tais como moderno/tradicional ou formal/informal, os quais conotam o espaço masculino/feminino, respectivamente. Com base nesse uso do conceito público/privado, não é exagerado sugerir que uma mulher chefe de Estado de qualquer país está operando na esfera privada das mulheres, uma vez que, por definição, é a presença das mulheres que define a esfera (uma interpretação muito radical do “armário da cozinha”).

Outro conceito demasiadamente utilizado na literatura sobre o “desenvolvimento das mulheres”, transmitido diretamente da experiência euro-americana, são as famílias chefiadas por mulheres. As chefes de família no Ocidente são percebidas como anormais e machos privados, e como resultado repletas de uma série de problemas. O conceito pressupõe que as famílias estão normalmente organizadas em torno de uma figura de autoridade masculina direcionando todos os outros membros da família. Em muitas sociedades em África, este não é o caso; a autoridade está mais dispersa em consanguinidade, famílias com base multigeracional

em que as esferas de controle por uma variedade de indivíduos, pais e mães, irmãos e esposas são delineados.

Além disso, o fato de as mulheres ocuparem cargos de autoridade no seio da família não sugere necessariamente a ausência masculina ou as patologias associadas às chefes de família no Ocidente. É contra esse pano de fundo que Felicia Ekejiuba conceitua de “coração da casa” (EKEJIUBA, 1984) para apresentar e descrever famílias africanas que são organizadas em torno de uma mãe e sua prole em famílias poligâmicas como especialmente apropriado. É necessário examinar criticamente os conceitos, levando em conta a experiência africana, porque todos os conceitos trazem consigo suas próprias bagagens, muitas das quais se tornam distorções forâneas quando aplicadas a culturas diferentes das quais derivam. Outros conceitos, tais como casamento, família, esposa e marido, todos carregam a mácula “ocidentocêntrica”¹⁴ na sua utilização; portanto, devem ser sempre definidos quando aplicados.

Dentro do contexto desta visão etnocêntrica de mundo, a organização da família ocidental no período contemporâneo é percebida como igualitária, e esse é o resultado que é defendido para as pessoas africanas. Sharon Stichter, num estudo sobre famílias de classe média no Quênia, apresenta a sua principal preocupação:

A questão comparativa subjacente é se relações mais igualitárias e mais coletivas estão surgindo no domínio doméstico, como é dito existir em famílias de classe média europeias e americanas contemporâneas... Mudanças nas relações de gênero na família podem ser vistas como parte de uma questão mais ampla, se uma transição para a família da burguesia ocidental estiver ocorrendo na África urbana (STICHTER, 1988, p. 178).

Além do fato de que a observação da família ocidental de classe média como igualitária ser discutível, a suposição de que as relações conjugais coletivas são necessariamente igualitárias não está provada, mesmo no Ocidente. A imposição de conceitos e valores ocidentais sobre o material da África não passou despercebida para outras autorias africanas. Wole Soyinka, por exemplo, comentando esta prática infeliz, escreve:

Nós, negros africanos, fomos convidados a nos submeter a uma segunda época da colonização – desta vez por abstração humanoide universal definida e conduzida por indivíduos cujas teorias e prescrições são formas derivadas da sua história, suas neuroses sociais e seus sistemas de valores (SOYINKA, 1972, p. x).

¹⁴ À luz do domínio da América do Norte, senti a necessidade de uma palavra que não apenas especificasse a Europa, mas incorporasse outros centros da cultura ocidental.

O projeto feminista definitivamente se encaixa na definição de Soyinka de uma segunda época da colonização. Estas imagens das pessoas africanas na escrita ocidental são possíveis por meio da projeção de um poderoso mito da África como um estado homogêneo e unitário de primitivismo. A caracterização de um vasto continente de diversas nações e povos como se fosse uma aldeia pode ser denominada a “aldeiação da África”. O “Outro” dessa coletividade homogeneizada é feito em oposição binária ao Ocidente.

Por conta de a África ter sido projetada como o que o Ocidente não é, torna-se absolutamente necessário impor uma identidade adequada sobre a massa homogeneizada. Ter certeza de que há semelhanças entre as culturas, nações, estados e povos da África. No entanto, as fontes de diversidade são tantas que as pessoas que pesquisam devem ser prudentes, se não cautelosas, na hora de fazerem declarações excessivamente generalizantes. No que diz respeito às relações de gênero e estrutura familiar, mesmo as aparentes práticas comuns, como a poligamia e as transferências de riqueza da noiva, têm significados variados em diferentes épocas históricas e contextos culturais. Contudo, declarações excessivamente generalizantes sobre essas práticas sociais abundam.

Uma questão de poder

A hegemonia do Ocidente e o monopólio de pesquisas acadêmicas na África por homens brancos, tradicionalmente, e mais recentemente por mulheres brancas, é em grande parte responsável pela persistência dessas imagens e deturpações. Em certo sentido, o discurso feminista, como a melhor metade do discurso africanista, completou o quadro da África iniciado há centenas de anos. É notável que, através dos quatro séculos de “progresso”, “esclarecimento”, descobertas científicas, e exploração espacial, com avanços tecnológicos na reunião e divulgação de informação, a imagem da África (pelo Ocidente e para o Ocidente) dificilmente tenha mudado. A informação gerada através de pesquisa codificada como conhecimento é uma grande ferramenta de dominação.

Nesses dias de estudos políticos, o impacto das suposições e práticas acadêmicas é imediatamente sentido pelos sujeitos da pesquisa. Estudos de “mulheres em desenvolvimento” e a sua conseqüente implementação como política por organizações internacionais e governos são casos em questão. Barbara Rogers conduziu um estudo informativo sobre como as suposições ocidentais de gênero incorporadas nas políticas de desenvolvimento afetaram

negativamente as mulheres africanas (ROGERS, 1980).

Em relação às mulheres, a maioria das feministas postulam o gênero como uma construção social em oposição aos construcionistas biológicos que definem as mulheres como inferiores por natureza. Paradoxalmente, a universalidade atribuída a assimetria de gênero pelas feministas ocidentais sugere uma base biológica e não cultural, já que a biologia humana é universal, mas as culturas falam em uma miríade de vozes. Na verdade, a categorização das mulheres como um grupo homogêneo, sempre constituídas como impotentes e vitimizadas, não reflete o fato de que as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente ligadas.

Eu argumentei que as mulheres não são apenas mulheres; fatores como raça, classe, origens regionais, idade e laços de parentesco são centrais para a compreensão das relações de intergênero e intra-gênero, localmente e globalmente. Foi demonstrado que a semelhança biológica de todas as mulheres não pode ser considerada um dado adquirido como base da solidariedade (sororidade) em face da multiplicidade de diferenças que emergem contextualmente e situacionalmente. No nível acadêmico, em particular, as mulheres brancas ocupam uma posição de poder, e isso tem sérias implicações nas suas relações com mulheres de outras sociedades. Segundo Saddeka Arebi (1986, p. 17):

No discurso de outras culturas, questões sobre quem fala, o que é e o que não é discutido, como é discutido, que questões podem ser feitas, quem define a realidade, e o que é verdadeiro ou falso assumem novos significados.

Tais questões têm sido centrais neste estudo. Entretanto, estas questões não receberam muita atenção no discurso ocidental feminista, apesar do fato de as pessoas que pesquisam de diferentes partes do mundo continuarem a chamar a atenção para elas, desafiando as posições e pressuposições das mulheres ocidentais (MOHANTY, 1984; AMADIUME, 1987; ONG, 1988; MIN-HA, 1989). Resta saber se a crescente presença de pessoas que pesquisam da África, Ásia e América Latina trará como resultado retratos mais precisos e contextualizados de pessoas que formam diferentes culturas e sociedades.

Referências bibliográficas

ACHEBE, Chinua. “An Image of Africa” in: **Research in African Literatures**, v. 09, n. 01, 1978.

AMADIUME, Ifi. **Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African**

Society. London: Zed Press, 1987.

AREBI, Saddeka. “**Field Statement on the Anthropological Study of Gender**”. Department of Anthropology. University of California at Berkeley, 1986. Unpublished.

BOSERUP, Ester. **Women’s Role in Economic Development**. St. Allen’s Press, Inc., 1970.

BRANTLINGER, Patrick. “Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent.” “**Race,**” **Writing and Difference**. Henry Louis Gates, Jr. Chicago, London: University of Chicago Press, 1985.

CURTIN, Phillip. **The Image of Africa: British Ideas and Action, 1780-1850**. University of Wisconsin Press, 1964.

CUTRUFELLI, Maria Rosa. **Women of Africa: Roots of Oppression**. London: Zed Press, 1983.

DAVIDSON, Basil. **The African Past: Chronicles from Antiquity to Modern Times**. New York: The Universal Library, Grosset & Dunlap, 1964.

DULEY, Margot; EDWARDS, Mary. **The Cross-Cultural Study of Women**. New York: The Feminist Press at the City University of New York, 1986.

EKEJIUBA, Felicia. “**Contemporary Households and Major Socio-Economic Transitions in Eastern Nigeria**.” Paper presented at the Workshop on Conceptualizing the Household: Issues of Theory, Method and Application. Cambridge, MA, 1984.

ENGELS, Frederick. **The Origin of the Family, Private Property and the State**. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1891.

FALADE, Solange. “Women of Dakar and the Surrounding Urban Area.” **Women of tropical Africa**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1963.

FARNHAM, Christie, ed. **The Impact of Feminist Research on the Academy**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

FOLBRE, Nancy. “Patriarchal Formation in Zimbabwe.” *Patriarchy and Class: African Women at Home and in the Work Force*. Ed. Sharon Stichter and Jane Parpat. Boulder and London: Westview Press, 1988.

FOUCAULT, Michel. **The History of Sexuality**, Vol. 2. New York: Vintage Books, 1980.

GILMAN, Sander. “White Bodies, Black Bodies: Toward an Iconography of Female Sexuality in Late 19th Century Art, Medicine and Literature.” “**Race,**” **Writing and Difference**. Henry Louis Gates, Jr. Chicago, London: University of Chicago press, 1985.

GUYER, Jane. **Family and Farm in Southern Cameron**. Boston University, African Studies Center, 1984.

HAMMOND, Dorothy and Alta Jablow. **The Africa that Never Was: Four Centuries of British Writing About Africa**. New York: Twayne Publishers, Inc, 1970.

HENN, Jeanne. (1988). "The Material Basis of Sexism: A Mode of production Analysis." **Patriarchy and Class: African Women at Home and in the Work Force**. Ed. S. Stichter and Jane Parpart. Boulder and London: Westview Press, 1988.

JAGGAR, Alison and Paula Rothenberg. **Feminist Frameworks**. McGraw-Hill, 1978.

MACGAFFEY, Janet. "Evading Male Control: Women in the Second Economy in Zaire." **Patriarchy and Class: African Women at Home and in the Work Force**. Ed. S. Stichter and Jane Parpart. Boulder and London: Westview Press, 1988.

MAMA, Amina. "African Women Fight Back," **West Africa** (December, 1984): 10.

MILLER, Christopher. "Theories of Africans: The Questions of Literary Anthropology." **Race, Writing and Difference**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1986.

_____. **Blank Darkness: Africanist Discourse in French**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1985.

MIN-HA, Trinh. **Woman, Native Other: Writing Post Coloniality and Feminism**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

Minority Rights Group. "Female Circumcision, Excision and Infibulations: The facts and Proposal for Change." **Report No. 47**, published by Minority Rights Group, London.

MOHANTY, Chandra. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses." **Boundary 2** (Spring/ Fall, 1984).

ONG, Aihwa. "Feminism and the Critique of Colonial Discourse," **Inscriptions** 3-4 (1988).

OPPONG, Christine, ed. **Male and Female in West Africa**. London: George Allen & Unwin, 1983.

PARPART, Jane. "Sexuality and Power in the Zambian Copperbelt." **Patriarchy and Class: African Women at Home and in the Work Force**. Ed. S. Stichter and Jane Parpart. Boulder and London: Westview Press, 1988.

ROGERS, Barbara. (1980). **The Domestication of Women Discrimination in Developing Societies** (Reprint). London: Tavistock Publications, Ltd., and Methuen, Inc. (1983).

ROSALDO, Michelle; LOUISE, Lamphere. **Women, Culture and Society**. Stanford University Press, 1974.

SACKS, Karen. **Sister and Wives: The Past and Future of Sexual Equality**. Urbana, London, Chicago: University of Illinois Press, 1979.

SAID, Edward. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1978.

SHOSTAK, Marjorie. **Nisa: The Life and Words of a !Kung Woman**. New York: Vintage Books, 1983.

SOYINKA, Wole. **The Man Died: Prison Notes**. New York: Penguin Books, 1972.

SPIVAK, Gayatri. "Three Women's Texts and a Critique of Imperialism." **"Race," Writing and Difference**. Henry Louis Gates, Jr. Chicago, London: University of Chicago Press, 1985.

STICHTER, Sharon. "the Middle Class Family: Changes in Gender Relations." **Patriarchy and Class: African Women at Home and in the Work Force**. Ed. S. Stichter and Jane Parpart. Boulder and London: Westview Press, 1988.

STICHTER, Sharon; JANE, Parpart, eds. **Patriarchy and Class: African Women at Home and in the Work Force**. Boulder and London: Westview Press, 1988.